

Artigo¹

Pesquisar a cidade a partir das insurgências

Thiago Canettieri A B C D E

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: thiago.canettieri@gmail.com

Marina Sanders Paolinelli A B C D E

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marinasanderspaolinelli@gmail.com

Rita de Cássia Lucena Velloso A B C D E

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ritavelloso@gmail.com

Resumo: *Considerando as transformações na forma de participação e engajamento dos movimentos sociais urbanos na última década, nosso trabalho intenta contribuir para o entendimento das relações possíveis entre cidade, política e insurgências a partir da análise do caso concreto de Belo Horizonte. Para tanto, apresentamos um quadro analítico e historiográfico das relações entre movimentos sociais, Estado e produção social do espaço urbano no município desde os anos 1960 até a atualidade, apontando as transformações nas formas de ação, engajamento, demandas, estratégias e táticas das insurgências. Concluímos o artigo com questões que orientam uma agenda de pesquisa em curso para se pensar as insurgências urbanas na década recente, de modo a contribuir para a abertura de outros e novos campos de investigação.*

Palavras-chaves: *Movimentos sociais. Políticas públicas. Direito à moradia. Cidadania. Práticas espaciais.*

¹ Submetido em: 16.12. 2019 | Aceito em: 30.06.2020 | Publicado em: 11.06.2020.

² **A.** fundamentação teórico - conceitual e problematização; **B.** pesquisa de dados e análise; **C.** elaboração de figuras e tabelas; **D.** fotos; **E.** elaboração e redação do texto; **F.** seleção das referências bibliográficas.

Introdução

Há muito se reconhece que os movimentos sociais insurgentes são agentes produtores do espaço urbano e influem diretamente nos rumos da política da cidade. Neste sentido, pode-se dizer, com Henri Lefebvre (2010), que todas as ações na cidade são ações políticas, ainda que tenham impactos e reverberações em campos diversos. Uma extensa bibliografia no campo dos estudos urbanos tem explorado essa questão, seja ressaltando o diálogo entre movimentos sociais e institucionalidade e seus resultados na criação de novas formas de políticas públicas, seja destacando as insurgências desobedientes, que a partir de ações diretas (levantes, protestos e ocupações) colocam em xeque os consensos forjados na prática da gestão e do planejamento urbano³.

Esse artigo desenvolve a seguinte hipótese: as transformações observadas nas insurgências urbanas ocorridas nos anos 2010 indicam uma modificação nas táticas e estratégias dos movimentos sociais que se aventuram nas disputas na/da/pela cidade. Essa transformação, no entanto, não está descolada do histórico que a precede. Sendo assim, para compreender a natureza das diferentes formas de abordagem política dos movimentos sociais contemporâneos, é preciso antes constituir uma genealogia deste processo. As ações, práticas e demandas dos movimentos insurgentes se alteram no tempo conformando novas constelações de atores que reconfiguram o campo da ação política a cada período que se sucede.

Para tanto, discutiremos brevemente o histórico das lutas urbanas em Belo Horizonte dos anos 1960 em diante, tentando “escovar a história à contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p.224), compreender as relações entre cidade, política e movimentos sociais urbanos e elaborar interpretações sobre essas relações. Propomos aprofundar em três momentos para análise. Inicialmente, buscamos levantar a história traçada nas lutas ligadas ao trabalho, que emergem entre os anos 1960 e 1980. Em seguida, focamos nas lutas ligadas à moradia que ganham destaque nos anos 1990 e abrem espaço para a criação de canais participativos. Por fim, o terceiro momento se concentra nas ocupações urbanas que ocorrem principalmente a partir do fim dos anos 2000, apresentando pautas de atuação alargadas e táticas de ação radicalizadas.

Após o levantamento e análise do histórico dessas lutas urbanas, apresentamos questões que orientam nossas pesquisas atuais, tentando propor caminhos de abordagem possíveis para avançar no entendimento das relações entre cidade, política e movimentos sociais urbanos. Busca-se traçar, com base nessa reflexão, uma agenda de pesquisa que tenha como propósito pesquisar a cidade a partir das insurgências. Espera-se que a agenda aqui apresentada

³ A exemplo, tem-se a sistematização de Marcelo Lopes de Souza (2010), que diferencia as formas de *luta institucional* e de *ação direta*.

contribua para avançar na compreensão do urbano e suas reconfigurações e possa ser ampliada por outros esforços acadêmicos no contexto nacional e internacional.

Do trabalho à política: breve história dos movimentos de luta na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em sua história centenária, Belo Horizonte abrigou diferentes eventos e episódios de movimentos sociais ligados tanto ao trabalho quanto a à oferta de “benefícios” urbanos, conforme relata a literatura sobre a política em Minas Gerais (POMPERMEYER, 1987, p.12). Já a partir da década de 1940, no segundo pós guerra, até 1960, nota-se relatos de movimentos urbanos, movimentos de trabalhadores rurais, ações de “favelados”, movimentos negro. Há, inclusive, registro de organizações de mulheres em movimentos feministas a partir de meados dos anos 1970.

É significativo o registro da existência de 20 associações comunitárias nas favelas em 1960, quando havia na cidade 79 favelas, somando nessas um total de 20.000 domicílios. É da preocupação com tais condições precárias da vida cotidiana desses territórios que na década de 1960 se inicia a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Em torno de 1970 irão nascer novas práticas de associativismo urbano, “organizativas e inovadoras” a partir de bases populares (POMPERMEYER, 1987, p.12). Essa dedicação aos setores populares fará surgir, na segunda metade dos anos 70, novos movimentos sociais, estabelecendo novas perspectivas para a cena política estadual e mesmo nacional.

O trabalho de movimentos organizados junto às populações vivendo em favelas nas áreas urbanas e suburbanas demarca uma singularidade de Belo Horizonte. Destacam-se, nesse sentido, a UTP (União dos Trabalhadores da Periferia), a Pastoral das Favelas, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Em 1978, 1980 e 1981 acontecem três grandes congressos de favelados, numa altura que havia na cidade 104 favelas, com 233.000 habitantes em 50.000 domicílios, segundo mensuração do Plambel.

Em contrapartida a essa organização de movimentos, as décadas seguintes assistiram ao fortalecimento de um conjunto de relações entre movimentos sociais, Estado e os partidos políticos. Em Belo Horizonte, desde 1965 a prefeitura passou a contar com um órgão administrativo para o desfavelamento de áreas urbanas e suburbanas. Em 1983, por iniciativa do governo do Estado, foi criado pela Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), com o objetivo de mobilizar a população para uma prática comunitária e para a capacidade associativa. No mesmo ano, para demonstrar o pioneirismo do debate que se passava em Minas Gerais, dá-se a iniciativa inovadora de promulgação da Lei nº. 3532 de 06/01/1983, denominada Pró-Favela, cuja finalidade era efetuar a regularização fundiária das favelas existentes e fazer efetiva a transferência dos terrenos aos habitantes.

O contexto dessas decisões de partilhamento de pautas entre governo e movimentos sociais refletia o ambiente político do início dos anos 1980, tempo em que foi necessário às instituições posicionar-se frente às lutas populares. Para os movimentos, por sua vez, abria-se a possibilidade de que, uma vez

associados aos governos e ocupando setores dos aparelho de Estado mais diretamente ligados à área social, pudessem consolidar perspectivas políticas eleitorais.

Duas questões estiveram em pauta nesse contexto organizativo dos movimentos na década de 1980, implicando diretamente no aprofundamento da diferenciação de suas expectativas. Por um lado, perguntava-se: “como desenvolver uma linha própria e independente de atuação sem cair em confronto permanente com o Estado?” (POMPERMEYER, p. 20); por outro, “como transferir as práticas sociais democráticas internas dos movimentos para o âmbito da política?” (POMPERMEYER, p. 22)

Do direito à moradia ao direito à participação: criando laços (conturbados) com a institucionalidade

Em setembro de 2008 mais de vinte organizações (entre movimentos de luta por moradia, associações de bairro e ocupações organizadas) de Belo Horizonte lançaram a público o manifesto *Programa Vila-Viva ou Vila-Morta?*, em protesto contra as intervenções em vilas e favelas empreendidas pela prefeitura, executadas pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel). Entre essas organizações, estavam não só movimentos insurgentes que se afirmavam naquele momento, mas também organizações populares consagradas da capital mineira que haviam, durante a década anterior, estreitado laços com a institucionalidade a partir da construção de políticas participativas. O manifesto evidenciou uma inflexão na relação entre poder público local e movimentos populares, indicando um rompimento. A queixa demonstrava a insatisfação com a controversa política de melhorias em favelas, apoiada por vultuosos recursos federais, que era acompanhada de um intenso processo de remoções forçadas⁴, principalmente nas áreas valorizadas da cidade.

Contando a história “de trás para frente”, a partir desse manifesto, é possível elucidar os anos que o precede: a emblemática década de 1990. Depois de uma onda de prefeituras geridas pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil entre 1989-1993, a exemplo de São Paulo (Luiza Erundina), Santo André (Celso Daniel), e Ipatinga (Chico Ferramenta), que fundamentaram a criação de uma cartilha conhecida como “o modo petista de governar”⁵ (BITTAR, 1992), chegou a vez de o partido alcançar a capital mineira. Patrus Ananias, que já havia consagrado sua atuação política como vereador construindo a Lei Orgânica (1990) – que incluiu princípios da Reforma Urbana no campo jurídico-institucional municipal – tornou-se prefeito de Belo Horizonte pela Frente BH Popular.

No período, as lutas urbanas eclodiam e a pauta do direito à moradia era proeminente. 20,6% da população do município vivia em vilas, favelas e conjuntos habitacionais e cerca de 1000 famílias oriundas de ocupações organizadas pelo movimento dos sem casa ou de áreas de risco, removidas pela Prefeitura, estavam acampadas em barracas de lona preta, sem nenhuma infraestrutura, em meio a uma intensa crise econômica e elevado desemprego (BEDÊ, 2005).

⁴ Segundo dados da Urbel apresentados no Conselho Municipal de Habitação em 2018, em 2008, quase metade das unidades produzidas pela prefeitura era destinada a reassentamentos. No ano seguinte, essa proporção subiu para mais de 70%.

⁵ Sobre o período há uma grande produção de reflexões sobre gestão participativa a partir dessas experiências, partindo de intelectuais do partido e gestores públicos, a exemplo, para além de Bittar (1992), Daniel (1990), Singer (1996), Souza (1996) e Bedê (2005).

Inspirada pelo momento político pós Constituição de 1988, a luta pela moradia não apenas motivava insurgências por condições de vida mais dignas, mas também pelo poder de decisão. A gestão municipal canalizou esses anseios populares criando o Orçamento Participativo, mecanismo governamental que representou uma sinalização positiva para concretizar a inversão de prioridades e ao mesmo tempo um convite para a população cogerir os desafios de uma prefeitura instaurada em uma democracia recém-instituída – com seus vícios, clientelismos e falta de recursos. Nas palavras de Patrus Ananias, “É importante que a própria população seja informada das possibilidades reais e chamada a definir as prioridades. É esse o sentido do orçamento participativo, que vem sendo progressivamente ampliado” (SOUZA, 1996, p.49). Com influência do OP, a luta pelo direito à moradia se transformou em uma luta ampliada por participação popular e justiça social, ascendendo as escalas territoriais e atingindo o cenário nacional em uma grande mobilização popular⁶.

Foi nessa conjuntura de efervescência popular e abertura política que os laços entre institucionalidade e movimento popular foram fortalecidos, iniciando um grande processo de inserção da luta nas instâncias participativas formalizadas pela gestão. No primeiro ano de mandato, Dalva Stela, então presidente da Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH)⁷, se tornou presidente da Urbel, companhia responsável por executar a política habitacional. Pela Lei 6.325/93 foi criado o Conselho Municipal de Habitação, órgão deliberativo com cadeiras reservadas para o movimento popular; e foi regulamentado o Fundo Municipal de Habitação. Foram viabilizados os arranjos institucionais e os investimentos necessários para a criação de uma série de programas, entre eles o Orçamento Participativo da Habitação – modalidade específica do OP para a construção de habitações populares aberta à autogestão.

Enquanto famílias se organizavam em núcleos de sem-casa formalizados pela própria prefeitura, buscando acessar recursos municipais, as contradições do modelo já emergiam: nasceu em 1996, quebrando consensos recém-instituídos, a ocupação Corumbiara, mobilizando cerca de 400 famílias em um terreno no Barreiro. A ocupação foi duramente reprimida pela polícia, mas resistiu e tornou-se um bairro regularizado com infraestrutura – conquistas da ação radical da população organizada. Dessa resistência nasceu o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), já apontando uma saída fora da via institucional⁸. Pouco depois, ficou evidente também para os movimentos que insistiam no pacto político que o preço da institucionalização era alto. Vinte e cinco anos depois, Antônio Cosme

⁶ A mobilização levou à construção do Projeto de Lei de iniciativa popular pela criação do Sistema, Fundo e Conselho Gestor de Habitação e Interesse Social no Brasil (Lei 11.124/2005) e consolidou-se no primeiro movimento de luta pela moradia de dimensão nacional, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). No ano seguinte, foi criado também o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). Junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, esses movimentos deram força à candidatura de Lula à presidência, em 2003, e à criação do Ministério das Cidades. No entanto, as esperanças que foram alimentadas na construção participativa do PlanHab, entre 2007 e 2009, foram frustradas com o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009, como já discutido em extensa bibliografia.

⁷ Criada em 1983, a federação uniu a luta nas favelas com a luta de associações de moradores e de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. Teve também uma atuação importante, junto à Pastoral de Favelas, na idealização do Programa Municipal de Regularização de Favelas (Profavela), no início dos anos 1980 (AFONSO, AZEVEDO, 1988).

⁸ Baseado na fala de Leonardo Péricles, liderança do MLB, durante o *Seminário Dez Anos de Ocupações Urbanas na RMBH: história, lutas e os novos caminhos*, realizado na Escola de Arquitetura da UFMG entre 26 e 28 de junho de 2019. Leonardo é morador da ocupação Eliana Silva, que leva o nome da moradora da Ocupação Corumbiara fundadora do movimento.

Damião (“Toninho da FAMOBH”), liderança do movimento sem casa e assessor de Dalva Estela, reconheceu:

O movimento passou a formular uma agenda intensa nesse governo, mas ficou nisso. Passou isso o movimento continuou com a agenda do governo, perdeu uma agenda própria. [...] Depois vem as mudanças no interior do governo e o movimento nem percebe. E a gente vai perdendo direitos, minguando as políticas, esvaziando esses espaços de participação e quando você assusta acabou tudo. Uma política tão forte e virtuosa como o Orçamento Participativo [...] que é uma das conquistas mais importantes do setor popular da cidade, acaba praticamente sem nem um pio do movimento⁹.

Não é por acaso que passou a haver uma descrença na política participativa e uma busca por soluções fora dela. Em 2006, dez anos depois de Corumbiara, as Brigadas Populares¹⁰ iniciaram tentativas de organizar ocupações para fins de moradia. A primeira foi Caracol, realizada por moradores do Aglomerado da Serra¹¹ em uma edificação abandonada na região centro-sul. Depois da tentativa (frustrada pela repressão policial), famílias que aguardavam na fila da política habitacional passaram também a procurar o movimento, se organizando nas ocupações João de Barro I, II e III, também despejadas posteriormente. Evidencia-se assim o fim do ciclo (conturbado) de relações aproximadas entre movimentos de moradia e Estado e se inicia uma nova lógica de atuação das insurgências urbanas em Belo Horizonte – nem pautada na necessidade abrupta em meio à crise econômica, como no final dos anos 1980, nem esperançosa na reforma das instituições e na inversão de prioridades, como nos anos 1990.

Novos caminhos da insurgência urbana em Belo Horizonte: novas institucionalidades, novas práticas cotidianas

Como apresentado na sessão anterior, a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) representou um marco no padrão de relacionamento entre Estado e movimentos sociais em Belo Horizonte. No entanto, ainda que Célio de Castro (1997-2001), tenha buscado preservar o caráter popular do governo, as gestões subsequentes desmantelaram as políticas participativas construídas. Com Fernando Pimentel (2001-2008) e Márcio Lacerda (2009-2016) “a gestão urbana foi atualizada para atender às tendências do ideário neoliberal, do planejamento urbano estratégico e do empresariamento urbano” (PAOLINELLI; CANETTI, 2019, p.835). Houve uma (des)inversão de prioridades, deslocando o ponto focal da atuação do poder público para o setor privado (BITTENCOURT, 2016).

Observava-se ainda, no período, uma enorme elevação do preço da terra resultante do crescimento econômico nacional, da política urbana do governo Lula e Dilma, e posteriormente do Programa de Aceleração do Crescimento (2007) e do Minha Casa, Minha Vida (2009), que geraram um boom na

⁹ Fala durante o *Seminário Vinte e Cinco Anos da Política Municipal de Habitação: avanços, conflitos e novos cenários de disputa*, realizado na Escola de Arquitetura da UFMG entre 16 e 20 de setembro de 2019.

¹⁰ Movimento socialista originado em Belo Horizonte em 2003, a partir do Núcleo de Estudos Marxistas (NEM). O grupo reorganizou-se anos depois com o nome de Brigadas Populares, e fundiu-se com organizações de outros estados, se nacionalizando em 2011.

¹¹ O Aglomerado da Serra foi o primeiro local de implementação do Vila-Viva, programa municipal mencionado anteriormente. O programa foi iniciado em 2005, apoiado posteriormente por recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Urbanização de Assentamentos Precários.

indústria da construção¹². Entre 2003 e 2010 o índice dos preços médios de imóveis em Belo Horizonte aumentaram 150% (CANETTIERI, 2014). A produção municipal de interesse social, apoiada posteriormente pelos programas federais, passou a ser insuficiente para enfrentar a crescente valorização imobiliária e a alta subsequente nos preços dos aluguéis. Mas há também de se lembrar que este período significou uma inclusão salarial, ainda que precária, de boa parte da população (POCHMANN, 2012). Com uma renda familiar mínima para iniciar a construção de uma casa, mas sem saídas para sua aquisição dentro da formalidade, as famílias voltaram a ocupar terrenos e autoconstruir.

O catalizador desse processo não foram apenas condições macroeconômicas, mas o esvaziamento das instâncias participativas e o papel que os movimentos sociais desempenharam, articulando e organizando os pobres urbanos. Foi reativada, assim, certa insurgência que havia ficado latente no período anterior. Inaugurou-se um novo ciclo de luta urbana, caracterizado pela politização de esquerda dos movimentos na luta por moradia¹³, que mobilizaram um discurso ampliado sobre o direito à cidade, instauraram um novo repertório de ação política e mobilizaram uma grande rede de apoio, entre movimentos sociais, ativistas, advogados, acadêmicos, artistas e partidos políticos¹⁴.

Conforme analisado por Bittencourt (2016), depois dos despejos das ocupações Caracol, João de Barro I, II, e III, o movimento de moradia em Belo Horizonte passou por uma inflexão: foi abandonada a estratégia de ocupar prédios nas áreas centrais e passou a se ocupar terrenos nas áreas periféricas da cidade. A estratégia surtiu efeito: entre 2009 e 2015, nenhuma ocupação organizada chegou a ser despejada em Belo Horizonte (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019). Desde então, as ocupações se consolidaram não apenas como espaços de garantia do direito à moradia e à cidade, mas também de formação de sujeitos politizados e ativos nas lutas urbanas.

A primeira grande ocupação organizada de Belo Horizonte, Dandara, nasceu em abril de 2009, abrigoando mais de mil famílias. Apostando não na política pública enquanto alternativa de moradia, mas na organização popular, na autogestão e na autoconstrução, Dandara quebrou paradigmas, mobilizou uma série de apoiadores e se tornou uma referência. A ocupação Camilo Torres, nascida no ano anterior, também teve um papel fundamental, sendo a primeira ocupação do Vale do Jatobá, onde posteriormente se consolidaram as ocupações Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012), Nelson Mandela (2014) e Paulo Freire (2015). Nesse espaço, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) consolidou uma importante atuação. Outra região que ficou conhecida por aglutinar ocupações organizadas foi a região da Izidora, abrigoando cerca de 8 mil famílias em três ocupações (Rosa Leão, Esperança e Vitória), considerada o maior assentamento informal da América Latina.

¹² Já se começava a sentir os efeitos, na vida cotidiana urbana, da política que vinha sendo adotada em âmbito nacional, a qual Pedro Arantes (2014) chamou de (anti)reforma urbana.

¹³ Com destaque para as Brigadas Populares e o MLB.

¹⁴ Uma vasta bibliografia foi produzida neste momento nos programas de pós-graduação de Belo Horizonte, sobretudo nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Direito, Engenharia de Produção e Sociologia. Muitas destas pesquisas foram conduzidas por militantes dos movimentos sociais, como Bittencourt (2016), das Brigadas Populares. Além das pesquisas de mestrado e doutorado, há de se ressaltar o importante trabalho do Escritório de Integração (PUC-Minas) e de grupos de extensão da Escola de Arquitetura da UFMG, como o Indisciplinar, na elaboração do *Parque das Ocupações*, no Vale do Jatobá, e do grupo Práxis, na assessoria técnica, em especial, na construção da Creche Tia Carminha na Eliana Silva.

A organização popular nas ocupações refletiu na ampla participação dos movimentos sociais de Belo Horizonte nas jornadas de junho de 2013, momento caracterizado por uma grande hibridação de lutas urbanas (PAOLINELLI; CANETTI, 2019). Os movimentos de moradia se fortaleceram e passaram a atuar nas ocupações da Izidora, dando a ela todas características de uma ocupação organizada. O apoio da rede, que impediu as ameaças de despejo, fez a ocupação crescer em tamanho e em força, o que influenciou na luta na região metropolitana como um todo. Ao mesmo tempo, a prática de ocupação, até então utilizada para fins exclusivamente de moradia, passou a fazer parte do repertório de lutas ligadas a outras pautas, como por exemplo, a cultura - com a ocupação Espaço Comum Luiz Estrela e a Kaza Invisível, a luta feminista - com a ocupação Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Parece que a "estratégia da ocupação" se tornou uma gramática comum para as lutas em Belo Horizonte - seja pela sua capacidade irruptiva, sua carga simbólica ou, ainda, pela sua eficácia. Até mesmo a Central de Movimentos Populares, o MNLM, a CONAN e a UNMP, movimentos vinculados à gestão popular que formavam a "fila da habitação" e se colocavam contra a estratégia da ocupação, se organizaram para formar a Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lucia, em 2015.

Em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, uma onda ultraneoliberal e conservadora tomou o território nacional, deslegitimando várias formas de ativismo. Ocupações já consolidadas, como Maria Guerreira e Maria Vitória, no bairro Copacabana, foram despejadas sem reassentamentos previstos. Na sequência, a ocupação Manoel Aleixo foi dispersada violentamente, e uma jovem de 12 anos foi atingida no rosto com tiros de borracha. Na lista dos despejos foram incluídas posteriormente as ocupações Temer Jamais, Maria Bonita e Lampião. Se os movimentos aprenderam a ocupar, agora a polícia havia aprendido a despejar¹⁵.

Tal conjuntura tornou insustentável a manutenção das ocupações de terrenos na periferia, onde a violência policial permanecia invisível. Em adicional, em função da crise econômica que se instaura depois de 2014, as possibilidades financeiras das famílias para autoconstruírem se reduziu. Uma inflexão inversa passou então a se estabelecer, levando os movimentos a retomar a estratégia de ocupar prédios abandonados na área central. Além disso, a ocupação do centro por famílias pobres tem um sentido político muito evidente: trata-se de uma contestação da ordem simbólica da cidade, que nega a estes sujeitos o acesso aos serviços e infraestruturas lá concentrados¹⁶.

A ocupação central mais emblemática nesse sentido foi a Carolina Maria de Jesus, que nasceu em 2017 abrigando 200 famílias no bairro Funcionários, um dos mais valorizados de Belo Horizonte. No dia seguinte, foi ocupado um prédio e um galpão na região da Lagoinha, onde nasceu a ocupação Pátria Livre. No início de 2018, foi criada também a Ocupação Vicentão, no Hipercentro, apoiada pelas Brigadas Populares, Intersindical e Associação Morada de Minas, onde se confluiu a luta pela moradia com a pauta do trabalho ambulante. Essas ocupações lograram conquistar um espaço de diálogo com o poder público, permanecendo por muito mais tempo que as ocupações verticais anteriores e mais tempo que as últimas ocupações horizontais.

¹⁵ Desde 2014, observou-se a elevação do efetivo policial e dos gastos do Estado com a polícia militar, que também passou a receber treinamento especializado para contenção de distúrbios civis e aprendeu, na prática, a desocupar os terrenos.

¹⁶ As motivações das ocupações em áreas centrais foram levantadas em atividades realizadas pelos autores com os militantes dos movimentos sociais que atuam em Belo Horizonte.

No entanto, o cenário político conservador se consolidou nas eleições de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) como presidente e de Romeu Zema (Novo) como governador de Minas Gerais. Por outro lado, desde 2016, uma nova forma de atuação política era gestada em Belo Horizonte, confluindo militantes de diversas causas (lutas por moradia, mobilidade, questão indígena, feministas, movimento negro, LGBT, etc.) pela ocupação das eleições. Esse movimento consolidou-se nas Muitas pela Cidade que Queremos, que construiu, com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), uma plataforma eleitoral que se converteu no lançamento de candidaturas populares e conquistou duas cadeiras no legislativo municipal (Cida Falabella e Bella Gonçalves), uma no legislativo estadual (Andreia de Jesus) e outra no legislativo federal (Áurea Carolina), que apoiam diretamente a luta das ocupações urbanas. O MLB também está no caminho para a criação de um novo partido político, a Unidade Popular (UP). Parece-nos que a dimensão institucional, sobretudo neste momento de retrocesso político, pode significar garantias de atuação para o movimento, legitimando-o frente aos discursos conservadores.

Para além da aposta institucional ressignificada, os movimentos também tem intensificado práticas que incidem na vida cotidiana das populações que residem nos territórios ocupados. Como exemplo, tem-se a construção da Creche Tia Carminha, na ocupação Eliana Silva, do cursinho preparatório pré-ENEM Milton Santos, na ocupação Vicentão e ocupação Novo Paraíso, das hortas agroecológicas na ocupação Tomas Balduino, da Zona Ocupada de Cultura e Arte (ZOCA), na ocupação Rosa Leão, entre tantos outros. A criação destes espaços comunitários cotidianos é essencial para solidificar a cultura militante e manter, na ordem do cotidiano, as ações de politização e resistência. Sobre a compreensão da importância desses espaços, no âmbito da pesquisa acadêmica, ainda há muito a se avançar.

Considerações finais: pensando uma agenda de pesquisa

Como demonstrado nesse trabalho, há, em Belo Horizonte, um percurso histórico *sui generis* dos movimentos sociais urbanos. Esses movimentos, sobretudo os ligados à pauta da moradia, apresentaram reconfigurações em sua atuação – formas de ação, engajamento, demandas, estratégias e táticas – que repercutem diretamente na forma que incidem na produção social do espaço. Procurou-se aqui compreender quais são as permanências, inflexões e circularidades na prática dos movimentos sociais e na participação desses na esfera institucional ao longo do tempo. As transformações descritas significaram aprendizados, rupturas e novas formas de (re)inventar a ação insurgente na cidade. Compreendê-las nesse exercício histórico é uma ferramenta fundamental para se pensar o presente e os desafios que esse coloca.

A fim de fazer avançar não só no entendimento dos significados das lutas do passado, mas também contribuir na construção de uma gramática capaz de compreender o momento contemporâneo, é necessário saber quais perguntas fazer. Neste sentido, vale dizer, estamos preocupados em delinear uma *agenda de pesquisa* que investigue a produção do espaço urbano a partir da ação dos movimentos sociais insurgentes e suas relações com o Estado. Compartilhamos aqui algumas das questões que, para nós, fazem parte desta agenda, principalmente no que diz respeito à investigação do período pós anos 2010:

- i) Como os movimentos sociais, presentes e passados, se apropriam dos territórios materiais urbanos?

- ii) Quais são as inovações e continuidades com relação à gramática de reivindicação social herdada de agendas precedentes?
- iii) Como se estruturam e se organizam esses movimentos? Quais são as composições sociais, códigos de coesão, dinâmicas, retóricas, estratégias e performances?
- iv) Qual a eficácia, no campo da justiça espacial, de suas conquistas institucionais, concretas e simbólicas na perspectiva da produção de alternativas para a produção do espaço urbano? Como estas conquistas influenciam ante o Estado? Quais são seus limites e refluxos frente ao poder empresarial e estatal? Como fazem para superar estes limites?
- v) Que projetos de cidade constituem o horizonte de expectativas destes movimentos?

Longe de propor questões exaustivas, estas perguntas orientam a abertura de campos de investigação para que, conjuntamente, possamos avançar no conhecimento no campo urbano. Acreditamos que essas perguntas possam fomentar a criação de uma agenda ampliada que agregue trabalhos produzidos em outros contextos. Considerando que há uma intensa produção acadêmica realizada por diferentes perspectivas e linhas teóricas e que nosso objeto de pesquisa é especificamente o contexto de Belo Horizonte e região, há a possibilidade de se tecer relações entre outras histórias em outras localidades, que possam ser complementadas, comparadas e debatidas em perspectiva. Dito isso, é relevante mencionar quais são os próximos passos nos quais estamos nos engajando junto a diversos grupos de pesquisa e que julgamos importantes para avançar nessa agenda, no contexto de Belo Horizonte. São eles:

- i) Mapeamento da produção acadêmica sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos;
- ii) Mapeamento dos movimentos sociais, sindicatos, fóruns organizados pela sociedade civil, mobilizações, manifestações políticas etc e sua repercussão na produção do espaço urbano;
- iii) Levantamento dos marcos jurídicos e políticas públicas que se desenvolveram a partir da atuação dos movimentos sociais urbanos;
- iv) Realização de eventos, atividades e seminários com a presença de acadêmicos, gestores públicos e militantes do movimento popular local;
- v) Elaboração (colaborativa) de uma linha do tempo sobre a atuação dos movimentos populares, colocando em relevo as organizações, as linhas políticas de atuação, as relações com ocupações, partidos e sindicatos etc.

Finalmente, a condição necessária para pensar as lutas urbanas como instância de transformação da produção do espaço é que essa reflexão seja elaborada a partir de situações e práxis concretas e historicamente determinadas. A trajetória das lutas urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte é um exemplo importante do desenvolvimento de novas pautas, ações e perspectivas dos movimentos sociais nas metrópoles brasileiras. Acreditamos que, a partir da análise dessa trajetória, inserida em uma agenda de pesquisa que investigue a cidade *a partir das insurgências*, reflexões importantes sobre a relação entre *cidade, política e movimentos sociais* possam ser desenvolvidas.

Referências bibliográficas

AFONSO, Maria Rezende; AZEVEDO, Sérgio. Cidade, poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, Malori José (Org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. p.111 – 139.

ARANTES, Pedro Fiori. A Anti Reforma Urbana Brasileira e um Novo Ciclo de Lutas nas Cidades. In: SAMPAIO JR, Plínio. (Org.). Jornadas de Junho - A revolta popular em debate. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr, 2014.

BEDÊ, Mônica. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993-1996. 2005. 282p. Dissertação – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. In: Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BITTAR, Jorge. (org.). O modo petista de governar. São Paulo, Teoria e Debate/ Diretório Regional do PT-SP, 1992.

BITTENCOURT, Rafael. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 2015). Dissertação – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CANETTIERI, Thiago. A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas PUC Minas, Belo Horizonte, 2014.

DANIEL, Celso. As administrações democráticas e populares em questão. Espaço & Debates, n.30, p.11-26, 1990.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Centauro, 2010.

PAOLINELLI, Marina; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. Cadernos Metrôpoles, v.21, p.831-854, 2019.

POCHMANN, Márcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMPERMAYER, Malori José. (Org.). Movimentos Sociais em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, v.7, n.11, p.13-47, 2010.

SINGER, Paul. Um governo de esquerda para todos: Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, 1989-92. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SOUZA, Patrus Ananias. Política e administração em Belo Horizonte. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, p.33-54, 1996.

Researching the city through the insurgencies

Abstract: *Considering the changes in urban social movements' forms of participation and engagement in the last decade, this paper aims to contribute in the understanding of relations between city, politics and insurgencies by analyzing the case of Belo Horizonte. In order to archive this objective, we present an analytical and historiographical framework of the relations between social movements, state and urban social production in the municipality from the 1960s to the present, highlighting the transformations in the forms of action, engagement, demands, strategies and tactics of the insurgencies. We conclude with questions that guide an ongoing research agenda to think about urban insurgencies in the recent decade, in order to enlarge other and new fields of investigation.*

Key-words: *Social movements. Public policies. Right to housing. Citizenship. Spatial practices.*

Investigando la ciudad desde las insurgencias

Resumen: *Considerando los cambios recientes en la forma de participación política y compromiso de los movimientos sociales urbanos en la última década, el objetivo del texto es contribuir a la comprensión de las relaciones entre ciudad, política e insurgencias a partir del análisis del caso concreto de Belo Horizonte. Con este fin, presentamos un marco analítico e historiográfico de las relaciones entre los movimientos sociales, el estado y la producción social del espacio urbano en la ciudad de Belo Horizonte desde la década de 1960 hasta el presente, señalando las transformaciones en las formas de acción, compromiso, demandas, estrategias y tácticas de insurgencia. El artículo concluye con preguntas que guían la proposición de una agenda de investigación para pensar sobre las insurgencias urbanas en la última década, con el fin de contribuir a la apertura de nuevos campos de investigación.*

Palabras-claves: *Movimientos sociales. Políticas públicas. Direito a vivienda. Cidadania. Práticas espaciales.*